



## AVISOS DE LICITAÇÕES

### AVISO DE LICITAÇÃO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS AVISO DE LICITAÇÃO – COLIC/TJAM

O Tribunal de Justiça do Amazonas torna público para conhecimento de todos os interessados que se encontra instaurada a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**Pregão Eletrônico nº 060/2024**  
**Processo Administrativo nº. 2024/000011455-00**  
**CÓDIGO DA UASG: 925866**

**Objeto:** Registro de preços para eventual fornecimento de estabilizadores (nobreaks) de médio e grande porte, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

**Entrega das Propostas:** a partir do dia 26/11/2024, no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)  
**Abertura da Sessão Pública:** dia 06/12/2024, às 11:00h (Horário de Brasília), no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)  
**Realização através do Portal:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

O edital e seus anexos poderão ser examinados e adquiridos gratuitamente através dos sites: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.tjam.jus.br](http://www.tjam.jus.br).

Manaus, 25 de novembro de 2024.

Paulo Roberto Pessoa Vasconcelos  
**Pregoeiro**

## TERMOS DE APOSTILAS

### QUARTA APOSTILA A CONCESSÃO ONEROSA DE USO Nº 001/2020 - TJAM

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS** por intermédio do **FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL**, neste ato representado por sua **PRESIDENTE**, Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**, no uso de suas atribuições legais.

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo Administrativo SEI nº 2024/000056085-00;

**RESOLVE:**

**APROVAR**, com fundamento legal no artigo 65, II e § 8º, da Lei Federal nº 8.666/93, a **Quarta Apostila da Concessão Onerosa de Uso Nº 001/2020 - TJAM**, relativo à utilização de **1 (uma) sala** de apoio no Fórum Min. Henoch Reis, medindo 64,53 m², localizada no térreo; **1 (uma) sala** de Custódia 01, medindo 6,08 m², localizada no térreo do Fórum Min. Henoch Reis; **1 (uma) sala** de Custódia 02, medindo 6,08 m², localizada no térreo do Fórum Min. Henoch Reis; **1 (uma) sala**, medindo 27,06 m², localizada no 1º andar do Edifício Arnoldo Peres; **1 (uma) sala**, medindo 21,47 m², localizada no térreo do Fórum Des. Lúcio Fontes de Resende; **1 (uma) sala**, medindo 15,75 m², localizada no 1º andar do Fórum Azarias Menescal Vasconcelos, no horário de expediente forense, de segunda a sexta-feira.

**O reajuste anual com base na correção pelo IPCA**, cuja variação está compreendida no período de **outubro/2023 a setembro/2024**, sendo o índice acumulado aplicado de 4,42 %.

**Determinar** que a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS** passe a pagar mensalmente, após o reajuste, o **valor mensal de R\$ 2752,78 (dois mil, setecentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos)**, a contar de **outubro/2024**.

Manaus (AM), 25 de novembro de 2024.  
Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

## EXTRATOS

### EXTRATO Nº 222/2024 - SECOP/DVCC/SGC

**1. ESPÉCIE:** Segundo Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 044/2023 - FUNJEAM.

**2. PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 2024/000028800-00.

**3. DATA DA ASSINATURA:** 19/11/2024.

**4. PARTICIPES:** Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a empresa Cast Informática S/A.

**5. OBJETO:** O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato Administrativo 044/2023 - FUNJEAM, pelo período de 12 (doze) meses, relativo à prestação, sob demanda, de serviços de análise, desenvolvimento, manutenção, documentação, suporte e teste de software, na forma de serviços continuados presenciais e não presenciais, contemplando a transferência de conhecimento e agregação tecnológica, respeitando os padrões de desenvolvimento, desempenho e qualidade estabelecidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) e a alteração da Cláusula Vigésima Sexta – Da Observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, em atendimento a Resolução nº 363/2021 CNJ e a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

**6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O objeto consubstanciado no presente instrumento, fundamenta-se no art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93; na Resolução nº 518/2023 e nº 363/2021, ambas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, e na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).